

*Interpretações da colônia: leitura das contribuições de Caio Prado Jr. e Fernando Novais**

Carlos Alberto Cordovano Vieira**

Resumo:

O presente trabalho pretende discutir as interpretações da colônia de Caio Prado Jr. e Fernando Novais, destacando a centralidade do capital mercantil e dos nexos que estruturaram os mecanismos de exploração, nos marcos do antigo sistema colonial.

Palavras-chave:

Colônia; Sistema Colonial; Capital Mercantil; Historiografia; Formação do Brasil.

Interpretations of colony: a reading of the contributions of Caio Prado Jr. and Fernando Novais

Abstract:

This paper discusses Caio Prado Jr. and Fernando Novais' interpretations of colonial society, emphasizing the main role of mercantile capital and the mechanisms of exploitation under the old colonial system.

Key words:

Colony; Colonial system; Mercantile capital; Historiography; Development of Brazil.

* O presente trabalho é um desenvolvimento da dissertação de mestrado *Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista*, defendida pelo autor em 2004 no Programa de Desenvolvimento Econômico e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), sob orientação do Professor Doutor Plínio de Arruda Sampaio Jr. Agradecemos os comentários dos Profs. Flávio Saes e Lígia Osório.

** Doutorando em desenvolvimento econômico e história econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp).

Introdução: sentido da colonização e Brasil contemporâneo

No momento em que parte da historiografia brasileira volta-se para trabalhos muitas vezes monográficos, que procuram identificar traços da existência de um mercado interno ao espaço colonial ou, mais do que isso, que procuram ver uma certa organicidade ou mesmo, no limite, uma dinâmica relativamente autônoma no corpo socioeconômico de nossa formação colonial, o presente texto pretende retomar a interpretação totalizante de Caio Prado Jr. sobre o período colonial. Incorporamos também comentários sobre as contribuições de Fernando Novais para o entendimento mais completo da estrutura e dinâmica do sistema colonial. Entendemos que, se é certo que as pesquisas monográficas possam conformar um ponto de partida para a construção da historiografia, não se pode, de outro lado, perder de vista as interpretações de conjunto, fundamentais para um entendimento dos dilemas postos à sociedade brasileira contemporânea, sempre que se tome em conta a história.

A interpretação da colônia de Caio Prado Jr. conforma a base sobre a qual edifica o seu modo particular de entender a problemática da *formação nacional*. Para Prado Jr., o Brasil contemporâneo constitui-se como um organismo em transição ainda inconclusa de uma sociedade colonial para uma sociedade nacional. Um organismo assentado sobre uma “economia colonial em transição”, em processo secular de diferenciação. Isso implica estabelecer uma linha de continuidade que perpassa o processo de formação nacional desde a época colonial até o presente. Uma linha de continuidade que revela o caráter contraditório do movimento, porquanto a formação nacional se afirma a partir da colônia e, ao mesmo tempo, em oposição à condição colonial. A conjuntura revolucionária emerge, no Brasil contemporâneo, quando a contradição entre colônia e nação se converte em antagonismo aberto. Ou seja, no momento de superação da contradição, a sociedade brasileira enfrenta o dilema entre a afirmação da sociedade nacional, pela ruptura do passado colonial, ou a reversão neocolonial (Novais, 1986; Sampaio Jr., 1999; 1999b). Assim, nessa perspectiva, trata-se de reconsiderar as teses “ortodoxas” do choque entre forças portadoras de modos de produção distintos – o novo contra o arcaico, a burguesia nacional contra os resíduos feudais ou semif feudais. A ideia de transição e diferenciação reorienta a interpretação porquanto a formação nacional e o passado colonial, o “novo” e o “velho”, conformam uma contradição e, portanto, pressupõem uma unidade (D ‘Hondt, 1983).

Com efeito, no fundamento dessa crítica, subjaz uma interpretação da colônia, já profundamente elaborada em *Evolução política do Brasil*, de 1933 e, posteriormente, em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942. Aqui, a sociedade colonial se apresenta

como peça organicamente integrada numa dinâmica sistêmica definida já nos marcos do capitalismo em formação. Imediatamente, evidenciam-se os nexos mercantis que conferem sentido à formação e ao desenvolvimento da colônia, como uma sociedade marcada pela precariedade e pela instabilidade da vida material e pela desestruturação e anomia social – uma interpretação da colônia que lança raízes profundas na reorientação do debate, pois, em contraste com sociedades milenares que, na aurora dos descobrimentos, são tocadas pela civilização ocidental, as sociedades latino-americanas – em particular as consituídas sobre o genocídio das populações indígenas e pela introdução da escravidão africana – são formadas pela expansão europeia, como extensão de seus domínios. Nesse quadro, surgiriam sociedades conformadas pela expansão europeia, nos marcos do capitalismo em formação, como polo colonial, reflexo e complementar, cujo movimento de formação nacional se consubstanciaria num processo de diferenciação, a partir da condição colonial e em oposição a ela. A posição dessas sociedades nos marcos do imperialismo seria desdobramento, de certa forma, “linear” do seu processo de gênese. A especificidade de sua estrutura socioeconômica denotaria uma forma particular de estruturação do capitalismo no polo, digamos, colonial, em contraste com a imagem das forças burguesas, tolhidas pela resistência do arcaico, aliado do imperialismo. Desse modo, a sociedade brasileira não poderia produzir uma burguesia portadora de um projeto de desenvolvimento nacional, senão uma burguesia “geneticamente” vinculada ao capitalismo mundial, que reproduz, nessa forma específica de estruturação do capitalismo, a extroversão herdada do passado colonial. Naturalmente, esse diagnóstico implica a reformulação do arco de alianças dos comunistas, que excluiria a burguesia brasileira – aqui, antinacional –, e a reelaboração do programa da revolução brasileira. Um programa de reformas estruturais, de controle sobre o capital estrangeiro, de reorientação da iniciativa privada por meio do estado e de reestruturação da relação entre capital e trabalho, sobretudo no campo, que viria fundar as bases para a consolidação do estado nacional. Estes seriam os marcos de uma revolução nacional – mas não democrático-burguesa – que, no curso de seu desenvolvimento histórico, haveria de significar a primeira etapa de uma revolução mais profunda, de caráter socialista (Prado Jr., 1978).

A obra de Caio Prado Jr. teve ampliado seu raio de influência quando o marxismo penetrou com mais evidência na universidade. Em particular, no que interessa mais diretamente ao presente trabalho, nos diálogos sobre o sentido da colonização desenvolvidos por Fernando Novais. Em fins da década de 1950, o movimento comunista internacional enfrentava os abalos profundos, produzidos pelas denúncias contidas no relatório de Nikita Khrushchev, no XX Congresso do PCUS, em 1956.

Portanto, diante da crise da “ortodoxia”, os diálogos com a obra de Prado Jr. encontrariam um contexto mais favorável.

Fernando Novais propõe incorporar o sentido geral da interpretação da colônia de Caio Prado numa formulação mais abrangente, que situasse o antigo sistema colonial como peça da acumulação primitiva de capital, no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo. Em que medida essa reformulação do problema implica necessariamente uma reorientação da interpretação geral de Prado Jr. sobre o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira – isto não pretendemos responder nesse trabalho. No entanto, numa brevíssima referência ao período posterior à emancipação, Fernando Novais remete o leitor a Florestan Fernandes¹.

Mais adiante, a contribuição de Fernando Novais seria incorporada como base da interpretação de *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello. Esta tese propõe a revisão crítica da tradição da Cepal. Aqui, reorienta-se a problemática básica da “antinomia entre a plena constituição da nação e uma certa divisão internacional do trabalho” para o problema da “formação e desenvolvimento de um certo capitalismo”, o capitalismo tardio (Cardoso de Mello, 1998). Por certo, uma revisão crítica da Cepal que se afasta também da interpretação geral elaborada por Caio Prado Jr.. Isto no momento em que começava a se desestruturar a “regulação” reformista do capitalismo internacional do pós-guerra, que havia conferido, dentro de determinados limites, uma relativa autonomia ao desenvolvimento dos países “periféricos” e, ao mesmo tempo, certo fôlego à *questão nacional*.

Procuramos, pois, discutir as interpretações de Caio Prado e Fernando Novais, não com pretensão de esgotar um debate tão vasto ou de sugerir que ali estejam todas as respostas. Mas esse parece ser um passo fundamental para tentar reconstituir o movimento histórico que vincula o passado ao presente, o “sentido da colonização” aos dilemas do “Brasil contemporâneo”.

1 “Não queremos evidentemente, com isso, dizer que, com o advento da emancipação política, tenha desaparecido o caráter dependente (colonial) da vida econômica das antigas colônias: ele assume, porém, novas formas. Veja-se a análise das fases e das formas de dominação externa, em Florestan Fernandes – *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*” (Novais, 1995, p. 4, nota 4). Florestan Fernandes sintetiza o dilema latino-americano da seguinte forma: “Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspersas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (...) sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?” (Fernandes, 1975, p. 26).

Sentido da colonização e sistema colonial

O espaço da colonização ibérica na América, sobretudo nos domínios portugueses, integra-se na trama da história mundial no curso da formação do capitalismo não como uma sociedade anteriormente estabelecida, tocada pela expansão da civilização europeia à maneira africana ou asiática, ou como uma Europa protestante transplantada, como nas colônias de povoamento da América do Norte. Integra-se, sim, como um organismo social constituído, desde sempre, pela própria expansão europeia da época dos descobrimentos. Ao longo daqueles três séculos de colonização, de uma lenta sedimentação emerge um organismo social que viria conformar, à custa do transplante de massas de escravos africanos e de uma intensa imigração de aventureiros e negociantes, uma sociedade complexa e diferenciada, um povo novo do ponto de vista étnico e cultural, com aspirações nacionais – uma sociedade com *características nacionais e qualidade de permanência*². Um processo contraditório, em que a empresa da colonização cria os fundamentos desta nacionalidade, ao mesmo tempo em que a sociedade pode apenas afirmar-se como uma sociedade nacional por oposição à condição colonial.

Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente, uma certa “atitude” mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando de longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador. (Prado Jr., 1971, p. 10)

No curso de seu desenvolvimento histórico, a sociedade colonial estabelecida nos trópicos, parte indissociável e essencial da história metropolitana, desenvolve-se, torna-se complexa, emergindo, no decorrer de um longo e lento processo de diferenciação, como um organismo social particular e relativamente distinto de suas matrizes formadoras com tendências à autonomização. O referido processo

2 Caio Prado incorpora esta expressão de Gilberto Freyre, mas inserida em quadro complexo em que a nação não aparece como desdobramento linear e natural da colonização, mas como desenvolvimento contraditório: “De qualquer modo, o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com *características nacionais e qualidades de permanência*. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses” (Freyre, 2000, p. 86, grifos nossos).

de desenvolvimento e diferenciação da sociedade colonial conforma-se na ação colonizadora, no povoamento do território e na organização, ainda precária, de uma vida econômica e social. Mas logo revelaria seu caráter essencialmente contraditório, quando as relações entre metrópole e colônia se manifestassem de modo reverso e o movimento histórico de desenvolvimento e diferenciação apontasse no sentido da negação e superação da própria condição colonial, que lhe houvera engendrado e impulsionado – um *ser e não ser*, que constitui o processo de desenvolvimento e diferenciação da sociedade colonial. Desde a segunda metade do século XVII, depois da expulsão dos holandeses, o regime colonial torna-se marco estreito, invólucro tanto mais opressivo quanto mais insuficiente para conter a relativa complexidade da economia e da sociedade colonial, e começam a se esboçar traços de uma consciência nacional em oposição à metrópole. Esta tensão profunda viria definitivamente à superfície, manifesta em antagonismos decisivos e irreconciliáveis que, enfim, consubstanciam o processo de emancipação, inscrito no quadro mais amplo das profundas transformações que fazem desmoronar o mundo da Época Moderna. A síntese de toda a história colonial situa-se nesse momento de emancipação, quando estão definidos os fundamentos básicos da nacionalidade. Enfim, “trata-se de compreender a nação a partir da colônia e por oposição a ela, e indagar as possibilidades de transformação inscritas nesse processo” (Novais, 1986, p. 21).

O problema fundamental reside na compreensão da sociedade colonial como parte de um sistema complexo formado e articulado pela expansão da civilização europeia na época dos descobrimentos, considerando-se rigorosamente todas as suas implicações. Caio Prado Jr. pode situar a sociedade colonial como parte de uma totalidade, incompreensível sem a compreensão desta totalidade, e, com isso, oferecer uma visão de conjunto da sociedade colonial, ao apreender, como categoria básica, nexos fundamentais da investigação e ponto de partida de toda a exposição, o *sentido da colonização* (Prado Jr., 1971). As relações constitutivas dos diversos aspectos da vida colonial, estruturadas em três vastos campos, a saber, povoamento, vida material e vida social, apresentam-se destituídas de qualquer caráter circunstancial ou acidental para adquirir sentido, remetidas às teias da categoria básica. O conteúdo dessas relações revela não cadeias de causalidade unívoca, próprias de relações de necessidade ou determinação, mas *conexões de sentido*, em que a essência do fenômeno, ou seja, o sentido da colonização, explica ao mesmo tempo em que se explica por suas manifestações concretas. O momento último de toda a reflexão, a recomposição da realidade em seu conjunto, pressupõe e apenas torna-se possível a partir da apreensão do sentido. Assim, o sentido da colonização está inscrito em cada segmento da realidade concreta, em cada esfera da existência, e preside o conjunto da vida colo-

nial; perpassa-o em todo seu espaço e extensão. Compõe suas tramas fundamentais e constitui sua essência – o povoamento, a vida material e a vida social, em seu conjunto, explicam-se, ao mesmo tempo em que enriquecem e atestam a posição da categoria básica (Novais, 1986).

Caio Prado Jr., nesse movimento de compreensão da sociedade colonial a partir de suas determinações estruturais e sistêmicas, como organismo inscrito em uma totalidade mais ampla, nesse exercício de apreensão do sentido da colonização, situa a sociedade colonial como parte, como elemento orgânico da história do comércio europeu. Serão as linhas de intercâmbio esboçadas com mais evidência desde a crise do feudalismo, os interesses dos homens do comércio, que presidirão não somente as feitorias cravadas nos mais remotos espaços do globo, mas também o povoamento e a colonização, a organização da produção, e enfim toda uma vida material e social nos trópicos. Trata-se de um organismo social formado e organizado para produção de gêneros complementares à economia europeia, os gêneros tropicais daquelas paisagens distantes e cultivados ou extraídos em geografia singular. Por isso, trata-se de um espaço socioeconômico edificado como um negócio e regido por uma dinâmica que lhe é exterior – uma sociedade destituída de movimento próprio.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos. (Prado Jr., 1978, p. 31)³.

Em síntese, portanto, a colonização portuguesa nas terras americanas ultrapassou os limites da antiga feitoria e engendrou a organização da produção de uma vida material e social que viria conformar uma sociedade complexa, os fundamentos de uma nova nacionalidade. Mas essa sociedade apenas poderia afirmar-se como sociedade nacional, em oposição à condição colonial, ou seja, quando pudesse subverter sua condição de peça organicamente integrada nas tramas do comércio europeu como espaço subordinado e complementar, sua condição de prolongamento linear da sociedade, e mais propriamente da economia europeia, para organizar-se em bases relativamente autônomas.

3 Noutra passagem, Caio Prado explicita “que não é a economia do açúcar que se conforma e se adapta às necessidades de uma sociedade pré-existente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim é esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produzir açúcar, e assim realizar um negócio. *Negócio que tem não como objetivo (pois o objetivo próprio de todo negócio é tão-somente o lucro mercantil), mas como objeto, o atendimento de necessidades e de um consumo estranhos ao país e à coletividade nele instalada, e que se torna assim simples expressão daquele negócio.* E, assim condicionada, refletirá em todos os seus aspectos econômicos, sociais, mesmo culturais e psicológicos e, na medida em que couberem numa simples colônia, políticos também, as injunções determinadas por aquela atividade mercantil” (Prado Jr., 1978, p. 37, grifos nossos).

O movimento de inserção da colonização no quadro do comércio europeu torna-se mais rico e complexo quando se compreende, como demonstrou Fernando Novais, a própria dimensão comercial como parte integrante e fundamental de uma totalidade ainda mais abrangente, qual seja, o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, em suas múltiplas faces, que caracteriza a Época Moderna e se estende até a Era das Revoluções⁴. Naturalmente, o caráter da colonização moderna apresenta-se ainda como essencialmente comercial, mas se torna mais complexo quando o comércio é inserido no quadro mais abrangente da transição do feudalismo para o capitalismo, como elemento fundamental na formação do modo de produção capitalista, como instrumento da acumulação primitiva⁵.

O chamado “renascimento do comércio” atua sobre a base das relações feudais estabelecidas, no sentido de sua progressiva dissolução ou reafirmação, como no exemplo da segunda servidão do Leste europeu. Os avanços da mercantilização são acompanhados pelo agravamento das condições de servidão no campo e pela diferenciação e proletarização nas cidades, o que conduz à crise social e às revoltas, expressas, no plano ideológico, nas contestações heréticas que marcam a época de crise do feudalismo. Em interações recíprocas, a crise social afeta a dinâmica da economia e do comércio, acentuada pela recorrente escassez de metais sobre as condições de vida, que, retroagindo sobre as tensões produzidas pela dissolução dos nexos feudais, agravam-nas. O resultado será um recrudescimento da concorrência pelas linhas e centros de comércio, e a busca incessante dos mercadores pela abertura de novas rotas comerciais. No quadro desse movimento, situa-se a formação das monarquias absolutistas como forma de contenção da crise social e das revoltas urbanas e camponesas, e como instrumento da burguesia mercantil, na luta pela proteção de seus mercados e na busca de novas linhas de comércio para a valorização do capital mer-

4 “Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte. (...) Expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal capitalista. (...) A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva do capital mercantil no centro do sistema.” (Novais, 1986, pp. 19- 20). Ver também Novais (1995).

5 Reafirmamos a diferença entre Caio Prado Jr. e Fernando Novais. O sentido da colonização, para o primeiro, significa, sobretudo, a ideia de extroversão. Uma sociedade organizada como negócio mercantil cujo sentido é a atenção a necessidades de consumo alheias. Essa condição retroage sobre a estrutura da sociedade colonial, porquanto o caráter de extroversão conforma uma sociedade marcada pela precariedade da vida material e, portanto, pela estreiteza de seu mercado interno. Diante disso, a própria dinâmica dessa economia, mesmo sem a intervenção das forças colonizadoras, reafirma aquele caráter, voltando-se ao mercado externo. Fernando Novais atribui centralidade à exploração colonial, à externalidade da acumulação, condicionada pelo domínio extraeconômico metropolitano. Rompido este domínio, a sociedade poderia internalizar a acumulação, e a dinâmica de seu desenvolvimento seria alterada. Provavelmente, isto estaria na base do desencontro dessas interpretações no tratamento do período posterior, não obstante partilharem de uma mesma tradição de interpretação da colônia.

cantil. Com efeito, a empresa da expansão marítima e da exploração mercantil não poderia ser realizada nos marcos precários da economia medieval, incapaz de reunir as massas necessárias de capital ou de assumir seu alto risco. Somente a instituição do estado centralizado poderia levá-la adiante e, em nível estrutural, representar o instrumento fundamental de coerção extraeconômica que possibilita o desenvolvimento do capital mercantil. Assim, define-se o quadro da época dos descobrimentos como uma sociedade de ordens e uma economia mercantil, e sobre essas duas esferas, como elemento articulador de um conjunto relativamente composto, o estado absolutista, relativamente autonomizado em relação ao conjunto da sociedade, mas funcionando como elemento constitutivo e fundamental na dinâmica da transição e da formação do capitalismo. Os mecanismos próprios da reprodução do capital mercantil e da acumulação primitiva constituem-se como os elementos dinâmicos da época de transição. Essas conexões permitem compreender, em sua complexidade, o sentido profundo da colonização. “Examinada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. (...) Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial* e *capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*.” (Novais, 1995, p. 70)

A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial manifestam-se concretamente nos mecanismos da política econômica mercantilista, que encontram plena correspondência, ao nível ideológico, na própria teoria econômica do mercantilismo. O pensamento econômico mercantilista não confere à economia o estatuto de objeto autônomo de reflexão, de objeto da reflexão científica, edificada, como no pensamento clássico, a partir da formulação de conceitos pretensamente universais e abstratos, que pudessem permitir explicar e interpretar a realidade concreta pelo movimento do raciocínio dedutivo. Ao contrário, expressa formulações imediatamente vinculadas aos interesses do fortalecimento da monarquia e do acúmulo de riqueza mercantil, traduzindo-se em conjunto de normas de política econômica, no momento em que o modo de produção capitalista não está plenamente constituído e a esfera econômica não adquiriu uma dinâmica objetivamente autônoma. Dessa forma, adquirem sentido, numa época de primado do capital mercantil e de intensa rivalidade entre as monarquias, as concepções metalistas e seus desdobramentos, as considerações do processo de circulação como momento de formação dos lucros, em relações desiguais de troca em que uns ganham à custa de outros. No plano político, essa dinâmica se refletirá nas rivalidades dos estados em formação, afirmando-se em disputa uns contra os outros. Explica-se, portanto, um conjunto de normas visando à manutenção da balança comercial favorável, expressas na pro-

teção dos mercados internos e no fomento à produção nacional, e na perspectiva de formação de um espaço econômico autossuficiente no interior das fronteiras monárquicas. Concretamente, explica-se a tendência à limitação das exportações de produtos primários e ao estímulo às exportações de manufaturados ou, ao contrário, ao estímulo às importações de produtos primários e à limitação das importações de manufaturados. Dessa forma, situa-se a posição das colônias como espaço econômico complementar às economias europeias, como fornecedores de gêneros exóticos complementares (e jamais concorrentes) à produção metropolitana, e também como mercado consumidor para seus manufaturados, o que viria contribuir para o projeto de autossuficiência das monarquias em disputa e, assim, viabilizar a aplicação das perspectivas normativas do mercantilismo.

O mecanismo decisivo da política mercantilista nas relações do comércio colonial – que possibilitava a apropriação, pelas economias metropolitanas, do excedente econômico produzido nos espaços coloniais, e com isso o funcionamento e reprodução do sistema – constituiu-se no exclusivo metropolitano, engrenagem essencial da exploração colonial. O monopólio possibilitava aos comerciantes metropolitanos o controle sobre as condições de intercâmbio, traduzido concretamente no controle sobre os preços de compra e venda, nos dois polos da relação de troca. Poderiam, no momento da compra, rebaixar os preços dos gêneros coloniais ao nível mínimo necessário para a reprodução do processo produtivo e, ao mesmo tempo, realizar a comercialização destes gêneros no mercado mundial ou dos produtos europeus nos mercados coloniais a preços monopolistas. O exclusivo comportava gradações: do empreendedor único, detentor de condições de monopólio e monopsônio; do conjunto dos negociantes da metrópole, detentores de condições e oligopólio e oligopsônio, como forma típica; ou de parte dos negociantes metropolitanos, à maneira das companhias de comércio. De qualquer forma, o controle sobre as condições de troca constitui elemento fundamental na reprodução do sistema e a história do comércio colonial demonstra que, à parte a multiplicidade das manifestações concretas, o sistema não poderia se reproduzir na base de relações de plena concorrência que determinassem os movimentos de preços e impossibilitassem os ganhos do capital mercantil na esfera da circulação. Com efeito, esses mecanismos explicitam o caráter da exploração colonial, que não se reduz à ideia simples de exploração da colônia pela metrópole, mas revela relações de exploração, situadas na esfera da circulação, em favor de uma burguesia mercantil e em prejuízo de populações coloniais e me-

tropolitanas. Trata-se da expropriação do excedente colonial pela economia metropolitana, mas também da concentração dessas riquezas em mãos de uma burguesia mercantil⁶.

As relações de exploração e dominação constitutivas do sistema colonial não se esgotam por aí, contudo, mas se desdobram de modo específico para o interior das sociedades coloniais. O sentido da colonização e a estrutura do sistema colonial não explicam apenas o caráter mercantil e complementar das economias coloniais, mas também o conteúdo das relações de produção edificadas nesses espaços coloniais, em particular o trabalho compulsório, e a escravidão como sua manifestação extrema. O quadro completa-se com a consideração do tráfico negreiro, elemento subjacente àquelas relações, mas mais do que isso setor dos mais lucrativos da exploração comercial. Cumpre discutir por que a aurora do capitalismo e da generalização do trabalho livre na Europa ocidental testemunha, como acontecimento contemporâneo e indissociável, a introdução e desenvolvimento do trabalho compulsório nos espaços coloniais e a reabilitação da instituição da escravidão. Marx demonstrou como as relações de produção estabelecidas nas sociedades coloniais americanas iluminam o conteúdo implícito nas relações capitalistas. Nas sociedades coloniais, a organização da vida econômica e social choca-se sempre com a possibilidade do estabelecimento de produtores possuidores das condições para a produção de sua subsistência. Vale dizer, são sociedades que, historicamente, não atravessaram o processo de acumulação primitiva de capital, de expropriação dos trabalhadores proprietários e, portanto, não podem engendrar a relação-capital. Vale dizer, essas sociedades coloniais revelam que a relação-capital, a relação entre capitalistas e trabalhadores livres, pressupõe um conjunto de relações sociais produzidas historicamente e que se consubstancia na expropriação prévia dos produtores, na criação de trabalhadores despojados das condições objetivas para a produção de sua própria subsistência, condenados a negociar no mercado sua força de trabalho. Relações que aparecem ao olhar do economista político como relações contratuais entre livres e iguais, entre compradores e vendedores, entre possuidores de mercadorias equivalentes na relação de troca. Em última instância, aparecem como relações entre coisas (e, nessa concepção, o próprio capital converte-se em instrumento de produção, em coisa). Essas sociedades reve-

6 Sobre o comércio colonial português, Fernando Novais constata: “Vê-se que o superávit com as nações estrangeiras, sendo maior que o déficit com as colônias, o resultado era superavitário. Ora, como são sobretudo os produtos coloniais (60% produtos brasileiros) que Portugal exportava, segue-se que eram os mecanismos do sistema colonial que possibilitavam o funcionamento do esquema: o superávit português expressava um efetivo ganho de monopólio, pois fundava-se sobre a diferença dos preços (baixos) dessas produtos nas colônias e (altos) nos mercados internacionais. (...) *é em função da exportação dos produtos brasileiros que o comércio internacional português consegue ser superavitário; noutros termos, é porque o comércio colonial português é deficitário que seu comércio exterior é superavitário*” (Novais, 1995, p. 293). Sobre os números desagregados do comércio colonial, em toda a sua extensão, veja-se Arruda (1980).

lam, enfim, como contraprova, que a produção capitalista reproduz o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado e a dependência do trabalhador em relação ao capitalista segundo as necessidades próprias da acumulação⁷.

A partir dessas observações de Marx, Eric Williams, e posteriormente Fernando Novais, puderam discutir o problema do trabalho compulsório nas colônias e suas conexões com o sistema colonial. A questão apresenta-se, pois, em primeiro lugar, na consideração de que a produção que se instala nas colônias está inexoravelmente vinculada ao mercado mundial e, portanto, deverá ser produção mercantil em larga escala. Isto exclui, de início, o interesse no estabelecimento da produção de pequenos produtores independentes que comercializam excedentes – produzidos sem os ganhos de escala e a organicidade da grande produção – necessários à dinâmica do mercado mundial. O objetivo primeiro da produção deverá ser fornecer ao mercado mundial e valorizar o capital mercantil e somente nessa base propõe-se o problema da forma que assume o trabalho na colônia. O ponto central é que essas sociedades, naturalmente, não haviam ultrapassado historicamente o processo de acumulação primitiva, de expropriação dos trabalhadores, e por isso as possibilidades de proliferação de uma produção independente para própria subsistência são praticamente ilimitadas – os fatores de produção, sobretudo a terra, são abundantes. O trabalho livre e assalariado seria, portanto, incompatível com o sentido regulador de toda a vida econômica da colônia, pois que, diante daquela abundância de fatores de produção e das amplas possibilidades do desenvolvimento da produção para subsistência, os salários na grande lavoura, para atrair potenciais produtores independentes, haveriam de chegar a cifras por demais elevadas, incompatíveis com as necessidades de apropriação do excedente colonial. Neste caso, estava excluída qualquer possibilidade que não fosse o trabalho compulsório e, no limite, a escravidão. No entanto, restaria ainda a pergunta: por que a opção pela escravização do africano? Visto no quadro do sistema colonial, o problema adquire explicações de caráter socioeconômico que ultrapassam as opiniões tradicionais que recaem sobre a inaptidão ou resistência dos índios ao trabalho na lavoura, e situam o problema da opção pelo africano em conexão com a posição do tráfico negreiro na economia mundial. À diferença da escravização do índio, que representava um negócio interno à economia

7 “Sabe-se: meios de produção e de subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital. Eles tornam-se capital apenas sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e de dominação do trabalhador. (...) Enquanto o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo – e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. A classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para tanto, falta. (...) O que nos interessa é o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia política do Velho Mundo e proclamado bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.” (Marx, 1988, v. II, pp. 286; 287; 292)

colonial, o tráfico de escravos figurava como negócio dos mais lucrativos do comércio colonial e, portanto, funcionava como peça das mais importantes na estrutura do sistema colonial, como instrumento poderoso de acumulação primitiva de capital. Assim, como observou Fernando Novais, considerando-se o sistema colonial como elemento determinante estrutural, será o tráfico negreiro a explicação para a escravização do africano, e não o contrário. Com efeito, tal corte metodológico, que toma como ponto de partida o problema do trabalho compulsório em geral, para chegar à escravidão como sua forma-limite, e que em seguida considera a escravidão do negro em conexão com o negócio do tráfico, pode apreender precisamente o problema da produção escravista articulada com a estrutura do sistema colonial⁸.

Sociedade colonial

As considerações sobre as dimensões estruturais do antigo sistema colonial, e sobre o sentido profundo da colonização, permitem retornar, com mais rigor, à ideia central de Caio Prado Jr., qual seja, a compreensão do caráter essencialmente mercantil da colonização, que explica a colonização e a formação da sociedade colonial, em seus múltiplos aspectos, como negócio mercantil. O conjunto da obra da colonização lusitana nos trópicos explicar-se-á pelo negócio mercantil, e terá gravada, em seu caráter mais profundo e essencial, a impressão de uma estrutural *extroversão econômica e social*⁹: “afora o trabalho constrangido e mal executado do escravo, não se

8 Parece necessário sublinhar o problema do corte metodológico porquanto a explicação de Caio Prado toma como ponto de partida a questão da introdução do trabalho africano e, justamente por isso, parece não ser suficiente para explicar a necessidade do próprio trabalho compulsório e, no limite, da própria escravidão no quadro do sistema colonial: “Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio para se engajar como simples trabalhador assalariado no campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América” (Prado Jr., 1978, p. 122). Fernando Novais, posteriormente, oferece essa explicação alternativa e uma crítica, coerente com a perspectiva geral da estrutura sistêmica do processo de colonização: “Assim, argumentava-se, por exemplo, que os europeus haviam ‘recorrido’ ao trabalho africano porque escasseava população na mãe-pátria com que povoar o Novo Mundo. A afirmação refere-se naturalmente a situações como a que se configurava entre o Brasil e Portugal; se invertermos as situações, por exemplo, a metrópole francesa em face das ilhas antilhanas, o argumento não faz sentido, aliás iniciou-se uma colonização de povoamento, que depois deu lugar ao escravismo. Por outro lado, em determinadas áreas prevaleceu o povoamento. Ademais, isso só provaria que os europeus ou que as metrópoles europeias não dispunham de contingentes demográficos para povoar a América, e que ‘apelaram’ então para a África... Nada explica, nesse argumento, que o tal ‘apelo’ envolvesse nada menos que a escravização dos negros: o que se tem de explicar, de fato, é o regime escravista de trabalho” (Novais, 1995, pp. 98-9).

9 A expressão é de Sérgio Buarque de Holanda, em diálogo com Caio Prado Jr., estabelecido em *Visão do paraíso*, cujas complexas implicações ultrapassam os limites deste trabalho. Apenas observamos a presença na obra de Buarque de Holanda da influência decisiva de *Formação do Brasil contemporâneo*. “Tanto quanto as repúblicas italianas, a atividade ultramarina desenvolvida pela monarquia portuguesa tem acentuado cunho mercantil. É certo que não chegariam os lusitanos a libertar-se tão nitidamente como os venezianos, por exemplo, ou sobretudo como os genoveses, do apego à propriedade fundiária, considerada instrumento decisivo de riqueza, em seus estabelecimentos coloniais. Deveria prender-se tal fato à maior distância que separava

vai além do estritamente necessário para não perecer à míngua.” Assim, o *estritamente necessário* para o comércio e exploração estará impresso no próprio caráter da ocupação e povoamento do território, constituído de núcleos de povoamento esparsos e praticamente apartados, cada qual muito mais vinculado, pelo mar, com os portos estrangeiros, como atesta a extrema precariedade das vias de comunicação terrestres. São quase sempre litorâneos. O homem se instala contornando a geografia, sem dominá-la ou transformá-la, apenas onde a natureza favorece a ocupação imediata, revelando uma atividade humana que se orienta em vistas, estritamente, à exploração econômica imediata. Será, por isso, uma ocupação, sobretudo, de grande mobilidade, expressão de uma vida material regida pela oscilação de conjunturas exteriores, pelas oportunidades de lucro imediato oferecidas pelo mercado mundial. E, no entanto, ao longo de três séculos de colonização, terá seus fluxos em direção ao interior, primeiro com predadores de índios, depois com os aventureiros das minas ou com a economia pastoril, orientada mais diretamente ao mercado interno, e também com os jesuítas catequistas. Desse modo, desde meados do século XVIII, estará esboçado o desenho do território brasileiro, muito além dos limites de Tordesilhas, mas, por força da própria ocupação, segundo o *uti possidetis*, que viria a se consolidar no Tratado de Madri.

Esses núcleos esparsos, não obstante as forças que naturalmente operam no sentido de torná-los organismos socioeconômicos mais complexos e de particularizá-los como espaços regionais distintos, terão, durante todo o período colonial e por toda a extensão territorial da colônia, a mesma feição econômica básica, conformando uma unidade básica temporal e espacial, característica da organização socioeconômica colonial. Isso encontra explicação na dimensão estrutural subjacente às formas de organização material e à própria dinâmica da produção e distribuição na economia colonial, que se revela pelo sentido da colonização. Edifica-se, pois, uma organização da produção e do trabalho caracterizada, por um lado, pela grande unidade produtora, monocultura e escravidão, ao nível da produção, e pela absoluta concentração da riqueza e profunda cisão social que lhe corresponde, ao nível da distribuição. Sublinha-se, com mais rigor, a formulação “grande unidade produtora” ou “grande exploração rural” em lugar da formulação “grande propriedade”, porquanto esta última poderia comportar diversas formas parcelares e autônomas de valorização econômica. Com efeito, a grande exploração e a monocultura conformam, quase sempre, uma unidade no sentido do aproveitamento de todas as energias, de todos os esforços dessa sociedade, reunidos no objetivo da produção de certo gênero tro-

muitos desses estabelecimentos da metrópole, e também à civilização e técnica rudimentares das populações indígenas nas mesmas partes. Todavia, o domínio pleno a que nelas podiam aspirar os portugueses cifrava-se em regra ao *estrito necessário para o exercício livre da atividade comercial ou predatória.*” (Holanda, 1994, p. 329, grifos nossos)

pical lucrativo, solucionando problemas de escala, para melhor proveito do capital mercantil¹⁰. Sua feição típica será a da grande empresa do colono branco europeu, edificada sobre a organização coletiva do trabalho de uma massa de escravos, fundamento da profunda cisão social que caracteriza a vida colonial¹¹. No que respeita à sua dinâmica, a vida material constitui-se como economia reflexa e complementar à economia europeia, dirigida por uma dinâmica que lhe é exterior e orientada essencialmente pelas necessidades do mercado externo. Assim, durante todo o período colonial, persistirá em um movimento quase aleatório e profundamente instável que, como reflexo das oscilações do mercado mundial, vive do aproveitamento imediato de conjunturas favoráveis e passageiras, compondo-se e decompondo-se constantemente, aos solavancos, sem engendrar um acúmulo progressivo de forças produtivas, e sem fixar-se em espaços geográficos definidos¹².

Seria, no entanto, insuficiente reduzir o espaço econômico à grande produção exportadora para caracterizar a dinâmica econômica da colônia e seus desdobramentos sobre o conjunto da vida social. Ao lado desta, organizada de modo distinto e orientada em sentido inverso, situa-se a produção de subsistência. Uma produção de caráter secundário no interior da economia colonial, voltada ao abastecimento do mercado, sobretudo em relação ao que não se pudesse importar – alimentos, em

10 Caio Prado Jr. discute o problema da grande unidade produtora referindo-se às escalas de produção necessárias para viabilizar o empreendimento de desbravar as terras selvagens e a instalação e reprodução da agricultura mercantil. Interação reciprocamente os fatores relativos à absoluta precariedade do mercado interno, que revela as consequências da extrema extroversão econômica, que absorve todas as suas energias para a produção de um único gênero tropical e que, além disso, organiza-se em núcleos produtivos relativamente autônomos na produção de sua subsistência. Constituindo-se como um negócio, o movimento de colonização não contaria com gente europeia disposta a se instalar nessas terras como pequenos camponeses, produtores de sua própria subsistência e sujeitos a toda sorte de desventuras, entre as quais os ataques de indígenas; viriam apenas como empreendedores em negócio lucrativo. A essas considerações socioeconômicas acrescenta o problema da natureza tropical, que viria favorecer e mesmo impor a instalação da grande propriedade, mesmo onde esse não fosse o objetivo primeiro.

11 A concentração da renda será elemento estrutural do processo: “é exatamente essa *concentração da renda* necessária na sociedade colonial, que permite seu funcionamento, articulando enfim as várias peças da engrenagem. Atente-se bem: a renda global gerada nas economias periféricas só se realiza em última instância nos mercados da economia central, europeia; assim, a sua maior parte se transfere, através dos mecanismos do comércio colonial já analisados antes, para as metrópoles, ou antes, para os grupos burgueses ligados às transações ultramarinas; mas é o fato de a parcela (menor) que permanece na colônia se concentrar na pequena camada senhorial que permite o contínuo funcionamento da exploração colonial. De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia europeia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa; da mesma forma, e ainda dentro da mecânica do sistema, têm os mesmos colonos recursos para importar os produtos da economia europeia” (Novais, 1995, p. 107).

12 Caio Prado Jr. traduz este movimento na expressão “ciclo”. De nossa parte, procuramos evitar essa expressão, porquanto a ideia de ciclo poderia sugerir uma dinâmica endógena em que ascensões e declínios explicam-se reciprocamente, o que, como demonstrou o próprio autor, não ocorre na economia colonial, regida por uma dinâmica externa.

geral. Trata-se, pois, de uma produção para autoconsumo e subsidiária do núcleo econômico colonial, da grande unidade exportadora. Ao mesmo tempo, cumpre a função de retaguarda da economia exportadora quando esta entra em movimentos, não raros, de retração. Como atividade alternativa, permite, de fato, que a economia colonial atravessasse longos períodos de crise. Não obstante, a centralidade da atividade exportadora, que absorve todas as energias econômicas da vida colonial, cujas razões encontram-se no próprio sentido da colonização, explica o caráter precário e residual daquelas atividades marginais aos limites da produção de exportação. Ocupam as terras de pior categoria e a gente de mais baixas qualidades econômicas e morais. Trata-se, em todos os aspectos, do resíduo da grande lavoura. Organizam-se no interior ou à margem dos grandes domínios, sendo, em geral, produção de pequena monta realizada pelo trabalho individual, às vezes com o auxílio de um ou dois ajudantes – na região das minas, assumem proporções maiores. O ponto central consiste em compreender as formas de articulação específicas entre a grande produção e a economia de subsistência. Pois se trata de uma economia dinamizada pelo mercado externo, destituída de articulações orgânicas ao nível do mercado interno; não existe propriamente um impulso à economia subsidiária ditado pela expansão do setor exportador, mas o contrário. Pois, como dissemos, a produção exportadora absorve todas as energias da vida colonial e nos momentos de expansão tende a incorporar ou deslocar os espaços marginais. Portanto, a economia de subsistência reflete inversamente os altos e baixos da exportação, o que explica a tendência crônica à fome e a carestia, precisamente nos momentos de pleno desenvolvimento da atividade exportadora. Por outro lado, a própria conformação social que compõe o quadro da sociedade colonial retroage sobre a esfera econômica, porquanto a escravidão e a precariedade da vida material residual minam as possibilidades de estruturação do mercado interno e, portanto, reorientam a economia para a dinâmica externa.

Configura-se, assim, o essencial da vida econômica na colônia, que termina por recompor necessariamente o ponto de partida, o nexos fundamental de toda a vida colonial: o sentido da colonização. Pois, numa visão de conjunto, o caráter dessa economia explica-se pelas forças fundamentais que atuam na da vida colonial em sua totalidade e a orientam segundo as estruturas do sistema colonial e o movimento do capital mercantil. Forças que edificam e reproduzem nos espaços coloniais, sobretudo, um negócio lucrativo. O ponto central reside no fato de que, como dissemos, não é a sociedade colonial que edifica uma vida material e social, cuja dinâmica orienta-se no sentido de sua reprodução, mas o negócio mercantil exterior ao espaço colonial que organiza e dinamiza, segundo seus desígnios, a vida econômica nesta sociedade. Vale dizer, essa economia colonial não se constitui como base material,

como infraestrutura da sociedade colonial, e não compõe, em articulações com elementos de uma superestrutura, uma totalidade orgânica e dinâmica situada nos limites do espaço colonial que pudesse explicar os mecanismos da reprodução e o sentido histórico do desenvolvimento dessa sociedade. Como dissemos, a economia colonial é parte de uma totalidade que articula organicamente a expansão europeia e os espaços coloniais, uma peça na estrutura e dinâmica do sistema colonial, na engrenagem da acumulação primitiva e da formação do capitalismo. Enfim, uma peça de uma dinâmica é sistêmica. O espaço colonial nos trópicos constitui-se como organismo reflexo e complementar, sem movimento próprio, que não internaliza os mecanismos de sua própria reprodução. A colônia é um negócio, e sua organização socioeconômica não transcenderá o *estrito necessário* para a realização desse negócio. Por isso, uma economia absolutamente instável e precária, incapaz de fixar-se geograficamente e de desenvolver-se por um acúmulo progressivo de riqueza material; uma economia reflexa aos movimentos conjunturais e passageiros do mercado mundial, que se constitui e se desconstitui constantemente; uma economia orientada para a produção complementar às economias centrais, alheia às necessidades da sociedade; e, principalmente, uma economia tolhida nas suas possibilidades de acumulação, porquanto é dirigida pelos mecanismos da exploração colonial. Trata-se, por isso, de uma vida material incapaz de assegurar a plena existência material e espiritual do povo, segundo os padrões da civilização ocidental; incapaz de engendrar nexos de sociabilidade estáveis e orgânicos que possam transcender os vínculos humanos primários e elementares.

Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o *sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela*; mas um “mecanismo”, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma. (Prado Jr., 1978, p. 128)

Os mesmos fatores estruturais determinantes da vida econômica serão, com efeito, constituintes da estrutura da vida social da colônia, revelando a possibilidade de estabelecer as conexões de sentido entre vida material e vida social, como manifestações concretas que se explicam e explicitam, ao fim e ao cabo, o sentido da colonização. Assim, a grande lavoura viria a se constituir como unidade fundamental da vida colonial, transcendendo a condição de simples unidade de produção e absorvendo, em torno de seus domínios, quase toda a trama de relações sociais e políticas da colônia, para enfim converter-se, mais propriamente, em clã patriarcal. Se a grande unidade de produção exportadora representa o único elemento dinâmico da vida

econômica, o grande domínio representará o espaço em que se estabelecem relações sociais orgânicas, assentadas em certas forças de aglutinação que o conformam, muito embora à base de laços muito precários, como unidade relativamente integrada da vida social. À margem deles, perambula uma gente, por assim dizer, desclassificada. O mesmo caráter inorgânico e caótico da vida econômica naquela faixa da produção para subsistência verifica-se na vida social dos homens livres e pobres. E esta feição do segundo polo será também explicada pelo grande domínio, pelo seu caráter asfixiante e absorvente de toda a energia da vida colonial. Uma classe de gente que, no plano econômico, não participa de qualquer processo de divisão do trabalho social fundado em relações de solidariedade orgânica, e que, no plano da vida social, vive na dispersão e desagregação, como indivíduos isolados que não estão submetidos a padrões de conduta pré-estabelecidos em nível superior, que não comungam de um mesmo conjunto de normas ou valores, conformadores de uma sociabilidade relativamente estável e coesa. Uma gente que vive a esmo, ao acaso. O poder monárquico, que mal penetra nos domínios dos senhores, ou o poder eclesiástico, enfraquecido, como se depreende das descrições de um catolicismo reconhecidamente brando e híbrido, ofereceram pouca contribuição como poderes sociais superiores e integradores. A feição da vida social será expressão daquele caráter absorvente e asfixiante do grande domínio, do negócio exportador, que marginaliza e deixa à própria sorte tudo o que lhe for exterior, todos aqueles que não forem senhores ou escravos.

Nos grandes domínios constituem-se aquelas relações em alguma medida orgânicas e que, no entanto, edificadas sobre o nexa fundamental da escravidão em sua forma moderna, revelam seu caráter essencialmente primário e violento. A escravidão dos tempos modernos não adquire sentido em correspondência com o arcabouço material e moral da sociedade em que se instala, apresentando-se como corpo estranho no quadro da civilização ocidental moderna, em constante conflito com a dimensão da superestrutura, da cultura e dos valores daquela sociedade que, no entanto, necessita reproduzi-la. Portanto, essa instituição não é portadora de qualquer traço de naturalidade e conformidade que caracterizam a escravidão antiga, grega ou romana, assumindo o conteúdo de uma exploração econômica e sexual, nua e crua, despojada de qualquer dimensão superestrutural que pudesse conter e legitimar seus antagonismos. Mas esse conteúdo da escravidão moderna, profundamente violento e desagregador, torna-se mais acentuado, porquanto se consubstancia numa cisão étnica. Constitui-se, pois, a partir do transplante de povos, ao fim e ao cabo, desenraizados, em níveis inferiores de desenvolvimento material e portadores de matrizes culturais próprias em face dos dominadores, o que praticamente sufocou qualquer possibilidade de assimilação plena dos povos escravizados pelas sociedades escravis-

tas. Resultam relações ultraviolentas e mesmo sádicas, fundadas em nexos elementares e primários, vale dizer, em nexos que não se desprendem de sua materialidade. Nas duas dimensões da vida social em que se manifesta, nos planos econômico e sexual, a escravidão trará a marca indelével desse caráter. O trabalho não viria ultrapassar a condição de mero esforço físico sob coerção, despojado de qualquer conteúdo ético ou moral e de qualquer perspectiva de realização humana mais elevada. As relações sexuais do senhor branco com a escrava negra não transcenderiam o contato físico meramente instintivo e animal, destituído de qualquer conteúdo afetivo, de qualquer fundo emotivo mais elevado, incapaz de realizar, como diz Caio Prado Jr., *le miracle de l'amour humain*. A família patriarcal viria, no entanto, amenizar toda a crueza e brutalidade desses nexos primários, constituindo-se em espaço de aproximação mais terna e afetuosa entre brancos e escravos domésticos (mas não do eito). Será o espaço em que o negro poderá transcender a condição de mera besta de carga, a que a escravidão o reduzia, para oferecer a sua contribuição cultural à sociedade em formação. Mas, por tornar a dominação mais amena, torna-a mais consentida e, justamente por isso, vem reforçar, por outro lado, aqueles nexos primários de sociabilidade que caracterizam o grande domínio senhorial¹³.

Em sua feição geral – que compreende um polo de relações orgânicas caracterizado por vínculos sociais primários e elementares e outro caracterizado pela quase inexistência de vínculos, pela quase ausência elementos estruturantes e pela mais completa inércia, dispersão e desagregação social – a sociedade colonial apresentase, na expressão do próprio autor, como um organismo social destituído de nexos

13 Gilberto Freyre oferece uma visão, por assim dizer, clássica e, de alguma forma, mítica dessas relações de confraternização entre senhores e escravos. Sua construção sociológica, demonstrou Elide Bastos, desenvolve-se por dois fios condutores: o primeiro, uma concepção da natureza do conflito na sociedade colonial, e em geral na sociedade brasileira, como o equilíbrio e interpenetração de elementos antagônicos, que em unidade conformam uma espécie de contradição sem síntese; o segundo, pela centralidade atribuída ao complexo casa-grande/senzala, mas cujo olhar, no entanto, privilegia o espaço da casa-grande, em prejuízo dos escravos do eito. Nesse sentido, pôde compreender o caráter violento, sádico, ao mesmo tempo em que acentuou o caráter confraternizador das relações entre senhores e escravos, como elemento constitutivo da formação da nacionalidade, expressa na miscigenação, contribuindo, no limite, para a construção do mito da democracia racial no Brasil. “Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil” (Freyre, 2000, p. 46). Ver também Bastos (1986).

moral, de superestrutura¹⁴. Considerados mais detidamente, os fundamentos da organização e reprodução do conjunto vida social, em seus elementos primários, quais sejam, os fatores econômicos e sexuais, a sociedade colonial apresentará sempre a mesma feição caótica. O fundamento econômico estará impregnado pelo trabalho escravo, irmão siamês da ociosidade do homem livre. Na sociedade colonial, desse modo, toda a atividade econômica será produto da violência, da coerção – são, afinal, conhecidas as opiniões acerca do significado pouco dignificante e humanizador do trabalho para o homem branco livre ou das dificuldades de assimilação do indígena desenraizado. Com efeito, esse aspecto da vida social encontra-se profundamente vinculado com aquele sistema econômico amesquinizador das energias econômico-sociais. O clima da vida colonial será, portanto, de uma profunda inércia, apatia e estagnação, sobre um ambiente econômico absolutamente precário. No outro polo, na dimensão das relações sexuais, impera a promiscuidade e a precariedade dos laços familiares. Serão a regra as uniões irregulares, instáveis, atadas por laços frágeis, sem maiores freios morais. Com efeito, as condições de imigração em bases não familiares, de aventureiros e negociantes, que não procuram essas terras para reproduzirem nos trópicos os modos estáveis da vida europeia, explicam a quase ausência de mulheres brancas; a instabilidade e incerteza próprias da vida material dos homens livres e pobres impede a constituição de laços familiares sólidos: muitos homens são jogados no crime e na ociosidade; e muitas mulheres, na prostituição. Naturalmente, a escravidão imprime sua marca na constituição da vida familiar, apartando brancos e negros, e dificultando, ou mesmo impedindo, a união estável entre escravos. Praticamente, o único núcleo da sociedade que pôde desenvolver alguma relação familiar relativamente estável foi a família patriarcal. Mas mesmo ali, sabe-se, imperou a mais absoluta promiscuidade, de tal modo que não pôde converter-se em força capaz de estabelecer freios morais ao completo desregramento da vida sexual da colônia.

Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. (...) Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas (...) que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira. (Prado Jr., 1978, p. 356)

Caio Prado oferece, assim, uma visão de conjunto da sociedade colonial, em que se entrelaçam a vida material e vida social, numa trama de relações econômicas,

14 “Tomo aquela expressão ‘nexo moral’, no seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto.” (Prado Jr., 1978, p. 345)

políticas e sociais explicadas em suas estruturas pelo sentido da colonização. Essa visão poderia ser sintetizada negativamente, ou mais propriamente, por oposição à ideia de *integração social*. Durkheim demonstrou que as sociedades edificam normas de conduta que possibilitam a constituição de laços de solidariedade social cuja funcionalidade consiste na congregação dos indivíduos, em suas relações de confraternização e conflito, conformando-se como organismo relativamente coeso e integrado com possibilidades de permanência, em nível mais complexo que o mero aglomerado caótico de indivíduos. Denotam a interdependência dos indivíduos e sua dependência em relação à sociedade em sua totalidade. Estabelecem, pois, aquele conjunto de normas de conduta como força de coesão social; como domínios superiores coercitivos e moderadores dos motivos individuais e egoístas. Em particular, duas ordens de normas, muito mais sobrepostas e simultâneas que excludentes (com maior ou menor preponderância de uma ou outra), congregam os indivíduos em relações de solidariedade social, em sua similitude ou especialização. Em sua similitude, os indivíduos participam da vida em sociedade como partes dependentes da totalidade social. Nessa relação de dependência, são integrados por uma norma de conduta que se consubstancia em força moral compartilhada por todos e que, em cada indivíduo, realiza os traços essenciais do tipo coletivo – trata-se, na expressão do autor, da solidariedade mecânica. O plano da especialização exerce, ainda que em sentido inverso, exatamente o mesmo papel de força integradora, porquanto congrega os indivíduos como partes interdependentes, distintas e complementares entre si e, portanto, em função de suas particularidades. Consubstancia-se na esfera da divisão do trabalho social, como força que integra os indivíduos por seus trabalhos particulares e complementares, numa cadeia de solidariedade orgânica. Esses dois planos de solidariedade social sobrepostos, o nexos moral e o nexos fundado na divisão do trabalho social revelam-se, pois, forças superiores, poderes do grupo, que moderam os motivos egoístas, as inclinações particularistas, em favor da integração dos indivíduos num organismo social coeso, aglutinador de suas relações de confraternização e conflito (Durkheim, 1977a; 1977b; Alpert, 1990).

Esses nexos sociais superiores conformadores das estruturas de solidariedade social quase inexistem na colônia. A ausência de nexos moral e de articulações orgânicas ao nível da divisão do trabalho social atesta a impossibilidade do estabelecimento de vínculos de solidariedade, mecânica ou orgânica, como elementos da integração social, nos termos propostos por Durkheim. Ou, nos termos de Marx, Caio Prado Jr. refere-se, no plano da vida material, a um conjunto de relações econômicas que não constituem infraestrutura e base da reprodução material da sociedade sobre a qual se assenta; e, no plano da vida social, à ausência de superestrutura. Os mínimos

elementos orgânicos ou as mínimas forças de aglutinação e coesão social que se edificaram no interior do espaço colonial não foram orientados no sentido da reprodução e integração dessa sociedade, mas respondem, quase como efeito colateral, aos condicionantes estruturais que conferem sentido à colonização. Não ultrapassam, em geral, esse limite. Populações indígenas desenraizadas e contingentes enormes de africanos transplantados seriam expropriados de suas próprias estruturas de solidariedade, arrancados de seu ambiente social, despojados de sua cultura, de seus valores e tradições, para serem inseridos nessa nova trama de relações caracterizada justamente pela inexistência de estruturas superiores daquela natureza: aqueles *moinhos de gastar gente*. Em polo oposto, o branco europeu, negociante e aventureiro, atravessaria o oceano sem o intento de reproduzir nas paisagens dos trópicos a vida europeia. Com exceção dos padres católicos, aqueles europeus não carregariam consigo, além das doenças, os fundamentos integradores de sua civilização. Viriam edificar nessas novas terras uma vida material descompassada em relação às necessidades da reprodução material da sociedade em que se constitui, mas vinculada organicamente aos negócios mercantis. Caio Prado Jr. oferece, enfim, a visão, por oposição à ideia de integração social nos termos propostos por Durkheim, de uma sociedade mergulhada em profunda anomia.

Em conclusão, trata-se de uma sociedade que não edifica uma vida material e uma vida social como estruturas permanentes que criem e recriem as condições de sua própria reprodução e que regulem nexos de solidariedade; uma sociedade absolutamente instável e desagregada, empobrecida em seu conteúdo civilizatório. Nas sendas desse jogo de oposições, que poderia estender-se indefinidamente, chegamos a bom porto na formulação sintética proposta por Antonio Candido:

No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. “Civilização e barbárie” formam o arcabouço do *Facundo* e, decênios mais tarde, também de *Os sertões*. Os pensadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente; e nós vemos os indivíduos se disporem segundo o papel que nele desempenham (Candido, 1995, p. 12).

Assim, poderíamos sugerir que o mesmo antagonismo barbárie *versus* civilização consubstancia-se, na reflexão de Caio Prado Jr., na contradição colônia *versus* nação e, dessa forma, o sentido da formação de uma sociedade nacional viria a se constituir como percurso civilizatório, como consolidação de fundamentos sociais integradores¹⁵.

15 Sobre os problemas do processo de formação nacional e seu conteúdo civilizatório no conjunto da obra de Prado Jr., veja-se Plínio de Arruda Sampaio Jr.. (1999a; 1999b).

Rumo ao Brasil contemporâneo

Como dissemos, no entanto, a sociedade colonial, no curso dos três séculos de colonização, vivenciaria um longo processo de diferenciação, uma lenta sedimentação, que viria torná-la um organismo social mais complexo – aquele *ser e não ser* que se afirma e se nega, que se constitui num movimento contraditório. Em primeiro lugar, devido ao próprio crescimento extensivo, e diga-se, ao intenso influxo de gente, sejam imigrantes europeus ou negros transplantados. Mas, também, devido a transformações qualitativas que viriam a criar as próprias bases de uma nacionalidade nova, um povo novo. À diferença da velha feitoria, que se assenta numa vida social pré-existente; à diferença das colônias de povoamento, que implicam a reprodução das paisagens e das gentes europeias, a colonização portuguesa nas terras americanas haveria de conformar uma nova organização socioeconômica, que em longo processo de diferenciação fundaria uma nacionalidade. Caio Prado demonstrou as condições de gestação dessa nacionalidade, dessa gente nova, em conexão com a estrutura que confere sentido à colonização. Pois o imigrante europeu, aventureiro e negociante, não busca a colônia na intenção de reproduzir suas formas europeias de vida; não traz consigo os elementos integradores de sua civilização, constitui-se num elemento sem família (sabe-se da escassez de mulheres brancas na colônia). Nessa sociedade empobrecida em seus nexos morais, em seus vínculos familiares, abre-se a possibilidade dos intercursos mais irregulares e instáveis, conformando aquele ambiente promíscuo, de onde surgiria a figura do mestiço – gente sem identificação imediata, como demonstrou Darcy Ribeiro. Pois aqueles brasilíndios ou mamelucos do planalto paulista, perseguidores de índios e metais, desbravadores do continente, seriam produto de duas rejeições: dos pais europeus, que os viam como gente da terra, inferior, força de trabalho e contingente para as bandeiras; e das mães índias, que em suas tradições ancestrais consideravam-nos filhos exclusivamente dos pais. Os afro-brasileiros, filhos da gente transplantada, sob a aparência da unidade étnica, viviam em completa diversidade linguístico-cultural e sem possibilidade de identificação imediata: seriam deculturados e incorporados passivamente ao novo ambiente. Sobre a base das formas de organização socioeconômica instaladas, e dessa gente nova, formariam as comunidades neobrasileiras, que tenderiam a depurar suas primitivas influências indígenas e adquirir feições próprias. Essa gente nova, em longo processo de diferenciação, iria reconhecer-se como gente nova e adquirir consciência de sua própria nacionalidade. Mas o faz a partir de suas rejeições básicas, em primeiro lugar pela identificação negativa: são não europeus, não-índios e não-africanos; pois se trata, antes de ser *alguém*, de desafiar a *ninguendade*, na expressão

de Darcy Ribeiro. A consciência como expressão positiva virá mais tarde¹⁶. Como atentou Fernando Novais, em contraste com os *criollos* da colonização espanhola, os nascidos na colônia portuguesa se reconheciam como sendo não reinóis, portanto, negativamente (Novais, 1999).

O primeiro problema é que a própria dinâmica da colonização fazia desenvolver a colônia, e o fazia, a seu modo, sobre aquelas mesmas bases precárias e limites estruturais que, ao fim e ao cabo, correspondiam ao próprio sentido da colonização. Os movimentos de crescimento demográfico, a expansão do povoamento e da produção, certa ampliação e sofisticação das relações sociais, a introdução de novas tarefas e novas funções, o próprio aumento das camadas intermediárias – tudo isso atua no sentido de tornar a sociedade um organismo mais complexo e mais diferenciado. Em nível mais profundo, a lenta formação e sedimentação de um povo novo, de uma nova nacionalidade, que aos poucos começa a adquirir a consciência da diferença: entre colonos e reinóis, e enfim entre os brasileiros e os portugueses. “A colônia é vista como prolongamento, alargamento da metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação”, sintetizou Fernando Novais (1999, p. 20). No entanto, persistiria ainda o caráter da vida colonial, precária e instável, marcada pela desagregação social; caráter que é revelador do fundamento estrutural daquela sociedade: sua profunda extroversão. Vale dizer, o desenvolvimento e a diferenciação da sociedade colonial se assentam nas bases da própria condição colonial, o que lhe impõe limites estruturais. Trata-se de uma tensão que se fará sempre mais profunda, em que se ancora aquele sentimento de mal-estar crônico a que se referiu Caio Prado Jr., e que, ao fim e ao cabo, fará mergulhar a colônia numa trama inextrincável de conflitos. São conflitos entre proprietários devedores e comerciantes reinóis, senhores e escravos, colonos e monarquia metropolitana, mesmo conflitos étnicos etc., que apontam em direções diversas e indefinidas, entrelaçando-se, sobrepondo-se, compondo um complexo próprio dos momentos de crise, que numa primeira apreciação pode apresentar-se incompreensível ao olhar do historiador que busca o sentido geral do movimento e que conhece os desenlaces, que escapam aos coevos. São expressões, não obstante toda a gama de significados particulares, daquela mesma tensão que revela os limites estruturais da sociedade colonial, no plano econômico e social, que culminariam na consolidação da oposição entre interesses coloniais e metropolitanos e, enfim, no processo de emancipação.

16 “Numa primeira instância, essa função é o reconhecimento de peculiaridades próprias que tanto diferencia e opõe aos que a não possuem, como o assemelha e associa aos que portam igual peculiaridade. (...) O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios), curibocas (negros com índios).” (Ribeiro, 1995, p. 133)

Essas contradições no plano da vida colonial explicitam a dimensão estrutural da crise geral do antigo sistema colonial e das transformações que conduziriam à superação da época de transição e à plena constituição do modo de produção capitalista, como demonstrou Fernando Novais (1995; 1986; 1996). Retornamos, assim, ao ponto de partida da reflexão e à postura metodológica expressa de início. Pois as contradições constitutivas do processo de emancipação podem apenas ser compreendidas no quadro mais abrangente da crise do Antigo Regime. O caráter belicista das relações entre as monarquias absolutistas da Época Moderna, e que constitui o conturbado percurso da consolidação dos estados nacionais, engendrava um conjunto de tensões que culminaria na tendência ao estabelecimento de uma hegemonia. Ao mesmo tempo, na base desses conflitos afirmavam-se, nos domínios dos estados nacionais em formação, as necessidades de fomento econômico e fortalecimento das camadas burguesas, o que se consubstanciava na acumulação primitiva e culminaria na Revolução Industrial. Os intrincados e infintos debates acerca dos processos que conduzem à consolidação do modo de produção capitalista ultrapassam os limites deste texto, cumprindo apenas delinear seus contornos mais gerais no plano político e econômico: desde meados do século XVIII pode afirmar-se, como desenlace dos conflitos crônicos da época do Absolutismo, a hegemonia da Inglaterra; e, na passagem ao século XIX, a grande indústria. Em seus contornos mais gerais, isso significou, no plano econômico, a superação dos limites estruturais da antiga manufatura e o domínio do capital sobre a produção. Vale dizer, a máquina elimina o conteúdo subjetivo do trabalho e permite o predomínio da mais-valia relativa, instalando uma dinâmica econômica relativamente autônoma, na base de um processo autorreferido de valorização e acumulação de capital. A partir desse momento o movimento do capital tem em si seu próprio limite e pode penetrar por todos os poros da sociedade e revolucionar a antiga ordem. Desde então, o eixo dinâmico da valorização do capital situa-se na esfera da produção, enquanto a circulação transforma-se em momento subordinado. O significado dessas transformações aponta para a autonomização da esfera econômica, isto é, a dinâmica da economia passa a prescindir dos mecanismos extraeconômicos de coerção, o que faz desmoronar as velhas formas de articulação entre o estado e a economia. A desarticulação dos nexos entre o estado e a economia, entre a monarquia e o capital mercantil, desestabilizariam o velho equilíbrio que caracteriza a época de transição, fazendo desabar o poder absoluto junto com as ordens estamentais. Em resumo, sendo a crise de um sistema, deve gestar-se no interior do próprio sistema, como produto de seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, no curso dessas transformações, o antigo sistema colonial, como subsistema integrado às estruturas da época de transição, seria atingido em seu

âmago. Outrora espaço privilegiado de ampliação da economia mercantil, revelaria agora seus limites estruturais: seu caráter exclusivista e escravista. O surgimento da grande indústria haveria de derrubá-lo e promover a completa generalização das relações mercantis, e sobretudo do trabalho assalariado. O momento da ascensão da Inglaterra como potência hegemônica, em meados do século XVIII, denota um recrudescimento de sua política expansionista, que se reflete nas tentativas cada vez mais intensas de penetração no espaço colonial ibérico e nas intenções de enquadramento de suas colônias de povoamento na esfera da exploração mercantil – as reações coloniais contra a Inglaterra, que viriam a culminar na independência dos Estados Unidos, são marco inicial da crise do antigo sistema colonial. Mas mais do que isso, os avanços do industrialismo inglês chocam-se internamente contra os interesses mercantis nacionais e externamente contra os limites estruturais do próprio sistema colonial, o que viria a reproduzir, em escala amplificada, na segunda metade do século XVIII, as tensões internacionais. Quanto aos países ibéricos, quando os desdobramentos do sistema aproximam-se de seu ponto crítico, sobretudo a partir da independência americana, a política de neutralidade entra em xeque. Esboçariam, então, sua reação nas tentativas de recuperação do atraso econômico, superação da condição de meros entrepostos, em políticas, como as pombalinas, de defesas dos interesses nacionais e no recrudescimento do controle sobre a exploração colonial, na intenção de possibilitar a assimilação dos seus impulsos dinâmicos. Cada vez mais as colônias tornam-se vitais para a sobrevivência das metrópoles ibéricas. Assim, com relação às colônias intensificariam as políticas de defesa do patrimônio e do exclusivo metropolitano, precisamente no momento de aumento das pressões em sentido contrário, sobretudo inglesas, que agora ultrapassam o plano das disputas intestinas do sistema colonial, para tornarem-se pressões contra o próprio sistema. No espaço colonial, o recrudescimento dos mecanismos do sistema intensificaria as tensões internas em curso, sobretudo, agora, animadas pela independência das colônias do Norte. O contexto de crise assinala, pois, o acirramento das contradições do sistema em todos os seus níveis.

Nesse contexto opera o processo de emancipação, com a vinda da família real e, em decorrência, a ruptura, em primeiro momento provisória e posteriormente definitiva, do exclusivo metropolitano – um movimento *sui generis*, caracterizado não pela separação da colônia, mas pela internalização no espaço colonial da monarquia metropolitana. Esse momento assinala transformações profundas na vida brasileira. Conduz a sociedade a níveis relativamente mais elevados de existência, amplia as perspectivas da vida material, rompendo os limites ao intercâmbio econômico e permitindo a internalização do excedente. Representa, pois, passo decisivo naquele

percurso civilizatório acima referido. Revela-se, entretanto, um paradoxo na figura da metrópole que se internaliza no espaço colonial: a afirmação da independência em relação à metrópole faz-se, em parte, reafirmando a origem colonial: na manutenção do território, da monarquia e da estrutura socioeconômica – revela-se aquele traço essencial de ruptura e continuidade. Mais ainda, imprime um caráter particular à revolução constitucional em Portugal e à formação do estado nacional no Brasil. Pois lá os interesses que se levantam contra a monarquia o fazem também em nome da recomposição da velha política colonial; e aqui a formação do estado nacional faz-se sobre as antigas estruturas e instituições, em particular a escravidão, fazendo do discurso liberal uma ideia ambígua. Mas essas duas dimensões se interpenetram, pois que a revolução em Portugal terá ecos na colônia e animará os movimentos pela restauração que permaneceriam ativos pelo menos até o fim do Primeiro Reinado. Contra estes se articulam os senhores proprietários, pela manutenção da nova condição instalada em 1808: em favor das liberdades de comércio e pela preservação da estrutura socioeconômica, sobretudo da escravidão. Os de baixo integram movimentos, no mais das vezes, descontínuos e desconexos, expressões da própria desagregação e dispersão da sociedade que emerge desses séculos de colonização. Far-se-ão ruidosos, sobretudo, nas revoltas da Regência, derrotados os restauradores, e serão radicalmente esmagados; nesse momento, os antigos liberais poderão converter-se em defensores da ordem (Prado Jr., 1971).

Referências bibliográficas

- ALPERT, Harry: “Émile Durkheim and the theory of social integration”. In: HAMILTON, Peter (Org.). *Émile Durkheim: critical assessments* v. II. Routledge: London/New York, 1990.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BASTOS, Elide Rugai: “Gilberto Freyre e a questão nacional”. In: MORAES, Reginaldo *et al.* (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CANDIDO, Antonio: “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social* 2 v. Trad. Maria Mansinho *et al.* Lisboa: Editorial Presença, 1977a.
- _____. *Suicídio: estudo e sociologia*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977b.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 41. ed. São Paulo: Record, 2000.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 4. ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.
- D'HONDT, Jaques. *Ideologia de la ruptura*. Trad. Esteban Inciarte. Premiá: Ciudad de México, 1983.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 5 v. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Col. Os Economistas.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, Reginaldo et al. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Caio Prado Jr., historiador. *Novos Estudos Cebrap*, 1983.
- _____. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969.
- _____. “As dimensões da independência”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. “Condições da privacidade na colônia”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.), SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil* v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____; MOTA, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*. 2. ed. Hucitec: São Paulo, 1996.
- OLSEN, Marvin. “Durkheim’s two concepts of anomie”. In: HAMILTON, Peter (Org.). *Émile Durkheim: critical assessments* v. II. Routledge: London/New York, 1990.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971a
- _____. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *História e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978a.
- _____. *História econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. – continuidade e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICÚPERO, Bernardo. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. “Os impasses da formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista*. 2004. Dissertação (Mestrado) apresentada ao IE-Unicamp, Campinas.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.